



Ministério da Saúde

FIOCRUZ

Fundação Oswaldo Cruz



ESCOLA POLITÉCNICA DE SAÚDE
JOAQUIM VENÂNCIO

Lwêna dos Santos Mussunda

**O CONCEITO DE BELEZA E O PROCESSO DE EMBRAQUECIMENTO: CONSEQUÊNCIAS PARA
MULHERES NEGRAS**

Rio de Janeiro

2022

Lwêna dos Santos Mussunda

**O CONCEITO DE BELEZA E O PROCESSO DE EMBRAQUECIMENTO: CONSEQUÊNCIAS PARA
MULHERES NEGRAS**

**Monografia apresentada à Escola Politécnica de
Saúde Joaquim Venâncio – Fundação Oswaldo
Cruz (EPSJV-Fiocruz) como requisito para
aprovação no Curso Técnico em Análises Clínicas.**

Orientador(a): Valéria Fernandes de Carvalho

Coorientador(a): Monique de Carvalho Cruz

Rio de Janeiro

2022

Dedico esse trabalho a minha mãe e ao meu pai, pois sem eles nada disso seria possível.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio – Fundação Oswaldo Cruz (EPSJV-Fiocruz) pelo apoio institucional e a oportunidade de passar por essa incrível experiência.

Agradeço as minhas orientadoras Valéria Fernandes de Carvalho e Monique de Carvalho Cruz que muito me ajudaram e contribuíram para construção desta monografia, me auxiliando nos dias mais nervosos e apoiando nos momentos que não conseguia desenvolver da melhor forma esse projeto, junto com as minhas professoras Fernanda Bottino e Tainá Silva, que muito me auxiliaram também no desenvolvimento da monografia e nas aulas de PTCC que me fizeram acreditar que a monografia não era um bicho de sete cabeças.

Agradeço as minhas duas melhores amigas Khawanny de Oliveira e Alexandra Sampaio que me aguentaram durante as aulas e toda a trajetória escolar, nos dias de prova e avaliações que sempre tive o apoio de vocês duas espero que no futuro estejamos ricas e orgulhosa de toda a nossa trajetória, amo muito vocês duas.

Agradeço a Lwêna dos Santos Mussunda que apesar de todas as lágrimas e crises de existência, no fundo do coração sempre acreditou em você mesma e não se deixou abalar pelas palavras e frases que deferidas, não duvide mais da sua capacidade.

E por último e mais importante, agradeço a minha mãe Carla Regina e ao meu pai Vicênio Lima que sempre estiveram comigo, nos melhores e piores momentos, que sem eles nada disso seria possível, obrigada por me apoiarem nos dias mais difíceis dessa trajetória escolar de quase cinco anos, obrigada mãe e pai por todas as conversas que foram muito importantes para o desenvolvimento desse trabalho, amo muito vocês e espero que sintam orgulho de tudo que vou construir.

“A nossa escrevivência não pode ser lida como história de ninar os da casa grande, e sim para incomodá-los em seus sonos injustos”

(Conceição Evaristo¹)

¹**Conceição Evaristo.** Disponível em: <https://www.saobernardo.sp.gov.br/web/cultura/-biblioteca-publica-local-de-conhecimentos-conceicao-evaristo>. Acesso em: 06 mar.2022.

RESUMO

A presente monografia objetiva analisar a construção do padrão de beleza na sociedade brasileira através da política de embranquecimento e as consequências na autoestima da mu negra. Esse processo ocorre até hoje, por vezes através de atitudes simples como: o contorno do nariz na maquiagem, e outras vezes, através de processos mais complexos, como a rinoplastia. Estes dois modos demonstram como nós, população negra, tentamos diariamente apagar nossas características de uma forma permanente ou momentânea, processo este produzido pelo racismo e que nos violenta cotidianamente. Para realizar a análise proposta, no primeiro capítulo busquei compreender o processo social, político, histórico e ideológico que possibilitou que o padrão de beleza branco se constituísse como padrão universal e; no segundo capítulo através da análise de referências bibliográficas que discorre sobre a temática expus as consequências do processo de embranquecimento na população negra.

Palavras-chaves: Processo de embranquecimento, Racismo Estrutural, Conceito de Beleza.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	8
CAPÍTULO 1: CONSTRUÇÕES RACIAIS DA SOCIEDADE BRASILEIRA	11
CAPÍTULO 2: AS CONSEQUÊNCIAS DO PROCESSO DE EMBRAQUECIMENTO NAS MULHERES NEGRAS	22
1. A mulher negra na sociedade racista e patriarcal	22
2. Como o branqueamento influenciou no conceito de beleza?	25
3. Compreendendo o papel do sujeito branco na sociedade brasileira	28
CONCLUSÃO	31
REFERÊNCIAS	33

INTRODUÇÃO

A presente monografia objetiva analisar a construção do padrão de beleza na sociedade brasileira através da política de branqueamento e as consequências na autoestima das jovens negras. Processos estes advindos do racismo estrutural que é constituinte da formação social brasileira. “O racismo é uma decorrência da própria composição social, ou seja, do modo “normal” com que se constituem as relações políticas, econômicas, jurídicas e até familiares, não sendo uma patologia social e nem um desarranjo institucional. O racismo é estrutural” (ALMEIDA, 2020, p. 33). A partir dessa perspectiva compreendo que a população negra é afetada, pois, somos criados ouvindo, vendo e presenciando várias situações racistas que são normatizadas pela sociedade tais como “Aqui não tem diferença porque todo mundo é brasileiro acima de tudo, graças a Deus!” (GONZALEZ, 2020, p.69). Frases como essas são ouvidas constantemente por pessoas negras descaracterizando tudo que sofremos, e quando falamos das jovens negras as críticas são mais cruéis, pois nas sociedades uns dos aspectos estruturantes das relações sociais de poder são o cabelo e a cor da pele, sinais mais visíveis da diferença racial, são vistos como símbolo de inferioridade e fealdade (GOMES, 2002).

Ou seja, nossos cabelos, pele, nariz largo e todos os nossos traços negros eram e são vistos como inferiores e feios. Por muitas vezes durante toda a minha infância e metade da adolescência, eu questioneei a minha beleza e meus traços, me baseando no que era mostrado constantemente para mim, fosse nas novelas, redes sociais ou em cartazes. [...] “A violência racista subtrai do sujeito a possibilidade de explorar e extrair do pensamento todo o infinito potencial de criatividade, beleza e prazer que ele é capaz de produzir” (SOUZA, 1983, p.10).

Eram sempre as mesmas pessoas brancas na televisão, nas séries, filmes e redes sociais com traços completamente diferentes do meu, me fazendo querer ser uma daquelas meninas ou ao menos ter o nariz fino ou cabelo liso. Lembro-me que muitas vezes eu rezava para Deus e pedia para meu nariz ser fino, ou muitas vezes quando estava sozinha em casa colocava pregador de roupa no nariz para ver se ele ficava um pouco mais fino. Todas as minhas tentativas de ter traços brancos acontecem devido à construção do ideal do branqueamento que “contém em sua matriz a lógica da superioridade branca e da inferioridade negra” (CARDOSO, 2014, p. 50).

O processo de embranquecimento persiste, de certa maneira até hoje, por muitas vezes em algo simples como: o contorno do nariz na maquiagem, ou até mesmo em algo mais sério como: uma

rinoplastia, dois exemplos que demonstram como nós tentamos diariamente apagar nossas características de uma forma permanente ou momentânea, processo este produzido pelo racismo e que nos violenta cotidianamente. “Um primeiro expediente do pensamento na luta contra a negritude em favor do Ideal branco, (...) consiste em tentar reverter a situação biológica do corpo por meio de técnicas de correção física” (SOUZA, 1983, p.11).

Lélia Gonzalez é uma das principais referências para refletir sobre o imaginário racista construído sobre a mulher negra², pois através da produção desta intelectual, consigo entender a visão que sociedade tem sobre nós, mulheres negras, como: a mulata, a doméstica e a mãe preta, devido à naturalização do racismo. Por conta disso, nós, mulheres negras, somos vistas como: a cozinheira, a faxineira, a servente, a trocadora de ônibus ou a prostituta. Ou seja, pessoas apenas capazes de ocupar trabalhos subalternos. Um dos melhores exemplos disso é o caso da discriminação de mulheres negras da classe média, cada vez mais crescentes. De acordo com GONZALEZ (2020, p. 73) “Não adianta serem “educadas” ou estarem “bem-vestidas”, afinal, se é preta só pode ser doméstica, logo, entrada de serviço”.

A monografia é composta por dois capítulos, organizados da seguinte maneira: no primeiro analisei o processo social, político, histórico e ideológico que possibilitou que o padrão de beleza branco se constituísse como padrão de beleza universal e; no segundo capítulo expus a construção do padrão de beleza na sociedade brasileira, através da política de embranquecimento, e as consequências da imposição deste padrão na autoestima das jovens negras.

Pesquisei sobre esse tema, com a intenção de contribuir para que outras jovens não precisem ter a sua autoestima afetada, assim como para contribuir no processo de (re)afirmação da nossa identidade negra, de forma que as mulheres negras compreendam, cada veja mais, que nossa beleza é perfeita.

A pesquisa foi baseada em uma abordagem qualitativa, procurando atingir os objetivos geral e específicos, usando como estratégias de pesquisa a revisão da literatura científica por meio de buscas de artigos científicos, livros e trabalhos disponibilizados nas bases de dados como SciELO e *Google* acadêmico, tendo como referência os descritores: racismo, juventude negra, crise de identidade e autoimagem. Para o levantamento dos textos foram utilizadas as seguintes palavras-

² De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), pessoas negras são aquelas que se autodeclaram pardas e pretas.

chaves combinadas de diferentes formas: processo de embranquecimento, racismo estrutural, conceito de beleza negra.

CAPÍTULO 1: CONSTRUÇÕES RACIAIS DA SOCIEDADE BRASILEIRA

O conceito de raça não é algo estático e sofre mudanças, sendo assim, é algo que está sempre ligado às circunstâncias históricas, políticas e sociais, pois se trata de um conflito baseado em contingências, poder e decisões. Há dois registros básicos: como característica biológica, em que a identidade racial será atribuída por algum traço físico, como a cor da pele, por exemplo, e como característica étnico-cultural, em que a identidade será associada à origem geográfica, à religião, à língua ou outros costumes (ALMEIDA, 2020).

O conceito de raça é polissêmico, dessa forma, em diferentes contextos: histórico, social e político, foi entendido de diversas maneiras. De acordo com MUNANGA (2003) a primeira origem do racismo deriva do mito bíblico de Noé - do qual, segundo o autor, resultou “(...) a primeira classificação, religiosa, da diversidade humana entre os três filhos de Noé, ancestrais das três raças: Jafé (ancestral da raça branca), Sem (ancestral da raça amarela) e Cam (ancestral da raça negra). Segundo o nono capítulo da Gênese, o patriarca Noé, depois de conduzir por muito tempo sua arca nas águas do dilúvio, encontrou finalmente um oásis. Estendeu sua tenda para descansar, com seus três filhos. Depois de tomar algumas taças de vinho, ele se deitara numa posição indecente. Cam, ao encontrar seu pai naquela postura fez, junto aos seus irmãos Jafé e Sem comentários desrespeitosos sobre o pai. Foi assim que Noé, ao ser informado pelos dois filhos descontentes da risada não lisonjeira de Cam, amaldiçoou este último, dizendo: seus filhos serão os últimos a ser escravizados pelos filhos de seus irmãos. (...) A Segunda origem do racismo tem uma história conhecida e inventariada, ligada ao modernismo ocidental. Ela se origina na classificação dita científica derivada da observação dos caracteres físicos (cor da pele, traços morfológicos). Os caracteres físicos foram considerados irreversíveis na sua influência sobre os comportamentos dos povos. Essa mudança de perspectiva foi considerada como um salto ideológico importante na construção da ideologia racista, pois passou-se de um tipo de explicação na qual o Deus e o livre arbítrio constitui o eixo central da divisão da história humana, para um novo tipo, no qual a Biologia (sob sua forma simbólica) se erige em determinismo racial e se torna a chave da história humana” (2003, p. 8).

No latim medieval o conceito de raça passou a significar um grupo de pessoa que têm um ancestral algumas características físicas em comum. No que diz respeito à história das ciências naturais, o conceito de raça foi usado primeiro na Zoologia e Botânica para a classificação de animais e vegetais. No contexto da Modernidade, no momento do nascimento do campo de

conhecimento das Ciências Sociais, este conceito foi transposto do campo da biologia para o campo das chamadas ciências humanas, emergindo como ideário para justificar e legitimar o projeto de dominação e exploração da modernidade.

Durante o ano de 1684 o francês François Bernier utiliza o a palavra no sentido que conhecemos hoje, para a classificação da diversidade do ser humano, a partir de grupos fisicamente contrastados. Nos séculos XVI-XVII, o conceito de raça passa utilizado a atuar nas relações entre classes sociais da França da época, pois utilizado pela nobreza local que se identificava com os Francos de origem germânica em oposição aos Gauleses, população local identificada com a Plebe. Os Francos se consideravam uma raça “pura”. Percebe-se, já neste momento, que “(...) o conceito de raça ‘pura’ foi transportado da botânica para legitimar as relações de dominação e sujeição entre classes sociais (...) sem que houvesse diferenças morfo-biológicas notáveis entre os indivíduos pertencentes a ambas as classes” (MUNANGA, 2003, p. 1).

No século XV as chamadas “grandes descobertas” feitas em relação à humanidade geraram questionamentos em relação à humanidade dos povos africanos e ameríndios. Os europeus buscavam classificá-los como não humanos ou sub-humanos, e a partir de teorias pautadas na teologia foram construídos “argumentos que serviam para justificar e legitimar a prática da violência decorrente do processo de colonização e escravização” (SANTOS, 2002, p. 9).

No meado do século XVI, com a expansão econômica mercantilista e a “descoberta” do novo mundo e da cultura renascentista, fortaleceram teorias filosóficas que mais tarde apresentariam o europeu no ser humano universal (ALMEIDA 2020).

A península ibérica constitui nos séculos XVI-XVII o palco principal dos debates sobre esse assunto. Para aceitar a humanidade dos “outros”, era preciso provar que são também descendentes do Adão, prova parcialmente fornecida pelo mito dos Reis Magos, cuja imagem exhibe personagens representes das três raças, sendo Baltazar, o mais escuro de todos considerado como representante da raça negra. Mas o índio permanecia ainda um incógnito, pois não incluído entre os três personagens representando semitas, brancos e negros, até que os teólogos encontraram argumentos derivados da própria bíblia para demonstrar que ele também era descendente do Adão (MUNANGA, 2003, pág.2).

Dessa forma, teve início a formação do eurocentrismo – prática entendida como um imaginário dominante do mundo moderno/colonial que permitiu legitimar a dominação e a exploração imperial, com a conquista da América e o apogeu dos impérios Espanhol e Português, significou não apenas a criação de uma economia mundial, mas a emergência do primeiro grande discurso do mundo moderno, que inventou e, ao mesmo tempo, subalternizou populações indígenas e os povos africanos (COSTA; GROSGOUEL, 2016).

Os evolucionistas³ acreditavam que os demais povos deveriam acompanhar o desenvolvimento dos europeus, os considerando assim como “inferiores”, por terem formas de ser, pensar, agir e sentir distintos dos costumes das sociedades europeias.

Assim, ampliam-se as correntes que explicam a inferioridade dos povos da África por meio de argumentos "ecológicos" tais como: o meio quente e o solo fértil, produzindo abundância de alimento, levavam os africanos a uma vida mais tranquila, ao recolhimento familiar. Toda essa riqueza natural propiciava menor desenvolvimento da inteligência e menor diligência. Para alguns teóricos, os africanos estariam condenados a uma eterna infância e encontravam-se em um momento semelhante ao da Europa em meados da Idade Média (SANTOS, 2002, p.55).

O mito da modernidade, inventado pelos europeus, retrata uma civilização moderna que se autodescreveu como a mais “desenvolvida e superior” e, por isso, teria “obrigação moral” de desenvolver os “primitivos”, aqueles que foram nomeados como “primitivos e atrasados”, e a partir disso, essa perspectiva formulou o que denominaram de “desenvolvimento do primitivo”. Percebe-se que esse imaginário dominante esteve presente nos discursos coloniais e posteriormente na constituição das humanidades e das ciências sociais (BERNARDINO-COSTA; GROSFUGUEL, 2016).

O discurso da modernidade é a fronteira do nascente sistema mundo moderno/colonial, essa fronteira é estabelecida pelo princípio da “pureza de sangue” na península ibérica (BERNARDINO-COSTA *apud* Dussel, 2016) que estabeleceu classificações e hierarquizações entre cristãos, mouros e judeus⁴.

Sobre a Modernidade:

(...) ‘nasceu’ quando a Europa pôde se confrontar com o seu ‘Outro’ e controlá-lo, vencê-lo, violentá-lo: quando pôde se definir como um ‘ego’ descobridor, conquistador, colonizador da Alteridade constitutiva da própria Modernidade. De qualquer maneira, esse ‘Outro’ não foi ‘descoberto’ como Outro, mas foi ‘en-coberto’ como o ‘si-mesmo’ que a Europa já era desde sempre. De maneira que 1492 será o momento do ‘nascimento’ da Modernidade como conceito, o momento concreto da ‘origem’ de um ‘mito’ de violência sacrificial muito particular, e ao mesmo tempo, um processo de ‘en-cobrimento’ do não-europeu (DUSSEL, 1994, p.8).

³ teoria explicada a partir das diferenças entre os grupos humanos são explicadas como o resultado da desigualdade de estágios de complexidade, desenvolvimento tecnológico, avanço científico dentro de um processo evolutivo que seria único para toda a Humanidade. Assim, uma das tarefas da ciência era a de estabelecer uma escala de civilização colocando as nações europeias em um dos extremos da série, e em outro as tribos selvagens, dispoindo o resto da humanidade entre esses dois limites, logo

⁴ Processo este que, também se estabelece em relação aos muçulmanos e judeus na conquista de Al-Andalus, aos povos nativos na conquista das Américas, aos povos africanos na conquista da África e a escravização dos mesmos nas Américas e, finalmente, contra as mulheres europeias queimadas vivas acusadas de bruxaria. (GROSFUGUEL 2016)

No século XVIII a cor da pele foi considerada como um critério fundamental e divisor entre as chamadas raças. A partir desta perspectiva a espécie humana ficou dividida em três raças: branca, negra e amarela. Distinção que permanece até os dias atuais no imaginário coletivo, apesar deste conceito já ter sido desconstruído e desqualificado no campo científico como demonstra Munanga, 2003, p.3):

A chamada raça branca tem menos concentração de melanina, o que define a sua cor branca, cabelos e olhos mais claros que a negra que concentra mais melanina e por isso tem pele, cabelos e olhos mais escuros e a amarela numa posição intermediária que define a sua cor de pele que por aproximação é dita amarela (...). Os negros da África e os autóctones da Austrália possuem pele escura por causa da concentração da melanina. Porém, nem por isso eles são geneticamente parentes próximos.

No século XIX o autor destaca que outros critérios além da cor foram adotados para a definição de raça, entre eles: o formato do nariz, dos lábios, do queixo, do crânio, o angulo facial etc. O crânio alongado, dito dolicocefalo, por exemplo, era tido como característica dos brancos “nórdicos”, enquanto o crânio arredondado, braquicefalo, era considerado como característica física dos negros e amarelos. (MUNANGA 2003)

Santos (2002, p.59) expõe como essa concepção ganha impulso, dessa forma:

Se o cérebro é o órgão mais importante do homem, seu formato determina as qualidades inatas de cada um. E se pelo formato do crânio podia-se descobrir a forma do cérebro, bastava medi-lo para saber a capacidade de cada raça. Daí as avaliações das cabeças de negros, brancos e índios para se constatar que as dos africanos possuíam dimensões menores que as dos europeus e por isso eram inferiores intelectualmente.

No entanto, em 1912 nos Estados Unidos, o antropólogo Franz Boas⁵ observou que o crânio dos filhos de imigrados não brancos, por definição braquicefalos, apresentavam tendência em alongar-se. O que tornava a forma do crânio uma característica dependendo mais da influência do meio, do que dos fatores raciais (MUNANGA, 2003)

Ainda de acordo com Santos (2003, p.52): “(...) No século XIX, a teoria da distinção racial pautada na biologia, fortalecida, deu o estatuto final à teoria de que a natureza forja alguns indivíduos ao comando e outros à obediência. Obediência identificada com a raça negra.”.

A classificação da espécie humana em raças hierarquizadas, no século XX foi base para a formulação e consolidação de pseudociências que serviram mais para justificar e legitimar os sistemas de dominação racial. Tais teorias raciais deram ao racismo uma conotação científica, através da utilização de uma classificação das “raças humanas”, estabelecendo assim, uma

⁵ Antropólogo alemão radicado nos EUA, considerado um dos pioneiros da antropologia moderna.

correlação entre os negros e brancos, instituindo uma relação de equivalência e determinista entre genéticas, intelectualidade e a moral (MUNANGA, 2003).

No processo de desumanização dos povos ameríndios e dos povos africanos, diversas teorias surgiram. A corrente poligenista, por exemplo, defendeu a existência de “(...) vários centros de criação, que comprovariam a diferenças raciais observadas pelos cientistas,” (DE JESUS BARBOSA, 2016, p. 263). Através destas perspectivas e concepções foram construídos “argumentos que serviam para justificar e legitimar a prática da violência decorrente do processo de colonização e escravização.” (SANTOS, 2002, pág. 9).

Voltaire, (...) era uma poligenista e, portanto, defensor da diversidade das origens dos homens. Por isso alegava que a inferioridade do negro decorria de sua espécie originária, já que havia uma estrutura interna peculiar a cada raça. Sua crença em origens diferentes e em espécies fixas o conduziu a considerar a mestiçagem como uma anomalia lamentável e acidental, sendo os mestiços frutos de uma relação sexual contra a natureza (MUNANGA *apud* SANTOS, 2002, p. 10).

Os filósofos iluministas com os seus pensamentos concluíram que o ser humano pode ser classificado pela sua capacidade racional de modificar a natureza. Com isso eles passaram a observar e investigar as diferenças entre os humanos, baseando essas observações na anatomia humana, dessa forma os seres humanos dos quatro continentes foram estudados e, a partir das observações feitas, as palavras: “negros”, “África”, “mulato”, “hotentote”, entre muitas outras tiveram a sua origem (SANTOS, 2002).

No verbete “negro” há uma descrição dos habitantes da África na qual se afirma que: Não somente sua cor os distingue, mas eles diferem dos outros homens, pelos traços de rostos, narizes largos e chatos, lábios grossos, lã no lugar de cabelos, que parecem constituir uma nova espécie de homem (...)

Há também o verbete “negros”, que trata dos escravizados, no qual é afirmado que: excessivo calor da zona tórrida, a mudança na alimentação e a fraqueza de temperamento dos homens brancos não lhes permitem resistir dentro deste clima aos trabalhos penosos, as terras da América, ocupadas pelos europeus, ainda seriam incultas sem o auxílio dos negros (...) Os homens negros, nascidos vigorosos e acostumados a um alimento grosseiro, encontram na América as doçuras que lhes fazem a vida rude muito melhor do que em seus países. (Diderot *apud* Santos, 2002, p. 32)

Todos tiveram que lidar com uma nova realidade, pois nessa perspectiva de dominação, as diferenças raciais corresponderiam às diferenças geográficas, climáticas e de costumes, afetando totalmente a forma como o ser humano modifica a natureza. Logo essa divisão feita, teve como consequência há diferença sociocultural, compreendendo assim que “(...) a produção de cultura será considerada mais bem realizada por alguns povos do que por outros.” (SANTOS, 2002, p. 33). Nessa concepção, “(...) a cada raça cabe um lugar no mundo e seus direitos são definidos pelo grau

de importância que detém na ordem evolutiva, ou seja, cada raça teria um direito por sua natureza” (SANTOS, 2002, p. 49).

Enfatizando a publicação e divulgação da obra “A Origem das Espécies” de Charles Darwin, como um marco de surgimento do evolucionismo como discurso e pauta “(...) a partir daí, o conceito de raça ultrapassa os problemas estritamente biológicos, adentrando questões de cunho político e cultural, surge, assim, o darwinismo social,” (DE JESUS BARBOSA *apud* HOBBSAWN, 2016).

Dentre as principais teses do darwinismo social, podemos destacar algumas trazidas pelos autores citados abaixo:

1) variabilidade: não há dois seres vivos iguais. As espécies modificam-se ao longo do tempo, de modo que não existem tipos permanentes; 2) hereditariedade: as características individuais não são adquiridas por adaptação, mas sim herdadas dos antepassados (...); 3) fecundidade excessiva: a demonstração de que eram gerados muitíssimos mais organismos que os necessários para a manutenção e até expansão destruiu as noções mais antigas da existência de uma economia divina na natureza; 4) seleção: a tese de que certos indivíduos, por causa das variações acidentais, se veriam favorecidos pelo processo seletivo parecia basear a evolução na sorte em vez de nos desígnios supranaturais, e revelava-se perturbadora para os que pensam em termos antigos. (SANTOS *apud* Banton, 2002).

(...) Na política, o Darwinismo serviu para justificar o domínio ocidental sobre os demais. O Darwinismo Social, (...) ajudaram a construir a ideia de “missão civilizatória” das potências imperialistas. Desse modo, são conhecidos os vínculos que unem esse tipo de modelo ao imperialismo europeu, que tomou a noção de “seleção natural” como justificativa para a explicação do domínio ocidental, “mais forte e adaptado” (DE JESUS BARBOSA *apud* HOBBSAWN, 2016).

A racionalidade que emergiu na modernidade formulou diversas teses que postularam a superioridade da raça branca. Tanto a corrente monogenista⁶ quanto a corrente poligenista⁷, por exemplo, apesar das divergências, no que diz respeito à unidade da espécie humana, convergiam na tese da inferioridade dos povos africanos e ameríndios.

Buffon, (...) ilustrador monogenista, defensor de uma origem comum para a humanidade, explicava a inferioridade dos negros utilizando-se da teoria do clima. Segundo ele, vivendo entre os trópicos, num clima inóspito com temperatura excessiva quente os negros não encontraram condições ideais para o desenvolvimento corporal, moral, intelectual e estético tal como o fizeram os povos europeus situados num clima temperado. Desta forma, os negros (e seus descendentes mestiços) seriam anormais e degenerados (MUNANGA *apud* SANTOS, 2002, p. 10).

⁶ Corrente que tinha como pressuposto fundamental a ideia de que a espécie humana era apenas uma, mas entendia que havia entre essa espécie de gradação que ia do “menos evoluído”, para o “mais evoluído”, considerando que os europeus estavam no topo desta evolução da espécie humana.

⁷ Corrente que defendia origens distintas dos seres humanos, derivando daí a defesa de raças biologicamente diferenciadas.

Essas perspectivas racistas que defendiam que ser humano é determinado pela sua raça, se difundiram pelo mundo, a questão da raça ganhou uma maior notoriedade, se tornando mais radical. Com base na seleção natural e na evolução da espécie, os que acreditavam nessa teoria seguiam o pensamento de existência de uma raça pura mais sabia e forte (raça branca) que eliminaria as raças mais fracas, assim foi construída a Eugenia (POLIAKOV *apud* SANTOS 2002, p.284).

A eugenia, doutrina criada pelo cientista inglês Francis Galton, em 1883, teve ampla aceitação principalmente na Alemanha. A “ciência eugênica” tinha como pressuposto a ideia de que os caracteres mentais e, sobretudo, a inteligência eram hereditários ao mesmo título que os caracteres físicos.

De acordo com os pensadores evolucionistas, os povos não europeus deveriam adotar o padrão de desenvolvimento e de civilização europeus, pois como os povos africanos e ameríndios viviam em realidades diferentes, contextos e costumes distintos eram considerados “inferiores”.

Assim, ampliam-se as correntes que explicam a inferioridade dos povos da África por meio de argumentos "ecológicos" tais como: o meio quente e o solo fértil, produzindo abundância de alimento, levavam os africanos a uma vida mais tranqüila, ao recolhimento familiar. Toda essa riqueza natural propiciava menor desenvolvimento da inteligência e menor diligência. Para alguns teóricos, os africanos estariam condenados a uma eterna infância e encontravam-se em um momento semelhante ao da Europa em meados da Idade Média. (SANTOS, 2002, p.55)

“(…) O determinismo biológico que pavimentou o caminho do racismo ou racismo científico que até hoje pesa negativamente no futuro dos povos não europeus, principalmente negros e índios e seus descendentes mestiços, teve aí seus primeiros passos.” (MUNAGA *apud* SANTOS, 2002, p. 11)

No século XX, avanços significativos no campo da genética foram fundamentais para desconstruir a pseudo perspectiva científica que fundamentava o conceito de raça para estabelecer distinções entre a espécie humana, como demonstra Munanga (2003)

(…) descobriu-se graças aos progressos da Genética Humana, que havia no sangue critérios químicos mais determinantes par consagrar definitivamente a divisão da humanidade em raças estancas. Grupos de sangue, certas doenças hereditárias e outros fatores na hemoglobina eram encontrados com mais frequência e incidência em algumas raças do que em outras, podendo configurar o que os próprios geneticistas chamaram de marcadores genéticas. O cruzamento de todos os critérios possíveis (o critério da cor da pele, os critérios morfológicos e químicos) deu origem a dezenas de raças, sub-raças e sub-sub-raças. As pesquisas comparativas levaram também à conclusão de que os patrimônios genéticos de dois indivíduos pertencentes à uma mesma raça pode ser mais distante que os pertencentes à raças diferentes; um marcador genético característico de uma raça, pode, embora com menos incidência ser encontrado em outra raça. Assim, um senegalês pode, geneticamente, ser mais próximo de um norueguês e mais distante de um congolês, da mesma maneira que raros casos de anemia falciforme podem ser encontrados na Europa etc.”

Após esses estudos, foi concluído que raça não é uma realidade biológica, haja vista que é um conceito inoperante feito para diferenciar a espécie humana em raças. Dessa forma, o conceito de raça como compreendemos hoje, não tem nenhuma relação com o biológico, no entanto é um conceito utilizado e entendido no sentido político, sociológico, ideológico e social, tendo em vista que ainda opera fortemente no imaginário social constituindo-se como instrumento estratégico e estruturante para relações de poder e dominação.

Compreendemos que de fato a raça apresenta só como categoria étnico-semântica ou étnico-cultural, em que a identidade será associada à origem geográfica, à religião, à língua ou outros costumes. Logo entendemos que a noção de raça ainda é um fator político importante, utilizado para naturalizar desigualdades e legitimar a segregação e o genocídio de grupos sociologicamente considerados minoritários (ALMEIDA, 2020), sendo compreendida também como uma noção ideológica, sendo utilizada para distribuir as posições sociais na sociedade. No Brasil a raça é compartilhada por um mesmo grupo social, tendo semelhança valores culturais, graduação social e o prestígio (SOUZA, 1983).

Por razões de ideologia o racismo é abordado a partir do conceito de raça, logo o racismo é a ideologia essencialista que postula a divisão da humanidade em grandes grupos chamados raças contrastadas que têm características físicas hereditárias comuns, que situam uma escala de valores desiguais (MUNANGA, 2003). Podemos dizer que o racismo é algo sistemático que utiliza a raça como fundamento e que se manifesta por práticas consciente ou inconsciente que culminam em desvantagens ou privilégios dependendo do grupo a qual o indivíduo pertence, o racismo é diferente do preconceito racial, pois este é o juízo baseado em estereótipos acerca dos indivíduos que pertence a determinado grupo racializado. Por sua vez a discriminação racial é a atribuição do tratamento diferenciado a membros de grupos racialmente identificados (ALMEIDA, 2020).

O indivíduo racista cria a raça no sentido sociológico, ou seja, a raça no imaginário do racista não é exclusivamente um grupo definido pelos traços físicos. A raça na cabeça dele é um grupo social com traços culturais, linguísticos, religiosos etc. que ele considera naturalmente inferiores ao grupo ao qual ele pertence (MUNANGA, 2003).

O racismo é um processo histórico e político cria as condições sociais para que, direta ou indiretamente, grupos racialmente identificados sejam discriminados de forma sistemática. Segundo Almeida (2020) “Racismo é uma forma sistemática de discriminação que tem a raça como fundamento, e que se manifesta por meio de práticas conscientes ou inconscientes que culminam

em desvantagens ou privilégios para indivíduos, a depender do grupo racial ao qual pertençam” (p. 22).

Considerando a perspectiva de Almeida (2020), compreende-se que o racismo estrutural é algo que se deve observar com uma visão ampla, ou seja, observando a sociedade como um todo. Logo, entendo que é a consequência de uma estrutura social que se constituiu através da normatização e da construção das relações políticas, econômicas e familiares, fundamentadas e estruturadas pelo racismo. Dessa forma “(...) O racismo se expressa concretamente como desigualdade política, econômica e jurídica” (ALMEIDA, 2020, p. 33).

A sociedade brasileira é construída com o mito da democracia racial, que compartilha falas e crenças da não existência do racismo, mas as ações sociais demonstram que o racismo é muito presente na nossa sociedade, logo A construção da nação brasileira está estruturada (...) a partir do mito da democracia racial. Uma parcela expressiva da sociedade brasileira compartilha a crença de ter construído uma nação (...) não caracterizada por conflitos raciais abertos.” (BERNARDINO-COSTA, 2002, p. 249).

De acordo com Souza (1997) a crença no mito da democracia racial é estruturante do sentimento de nacionalidade brasileiro, a ponto de operar uma rara concordância valorativa entre as diferentes camadas sociais que formam a sociedade nacional. Gonzalez (2020) também aborda a questão e fala sobre como o carnaval é um dos vários momentos nos quais vivenciamos o mito da democracia racial, que foi fundado com o racismo estrutural, pois acontecendo constantemente a exaltação dos nossos corpos, como algo exuberante e exótico. A autora também afirma a visão predominante que a sociedade tem acerca da mulher negra como a mulata, que sabe sambar, dançar pagode e enfeitiçar os homens com a dança, e é nesse instante que a mulher negra se transforma única e exclusivamente na rainha, na mulata deusa do meu samba, mas no decorrer do ano, eu como mulher preta, sou vista como doméstica ou a mãe preta.

“O ideal de embranquecimento pressupunha uma solução para o problema racial brasileiro através da gradual eliminação do negro, que seria assimilado pela população branca” (BERNARDINO-COSTA, 2002, p. 253), logo o embranquecimento é entendido como uma maneira de diminuir a população preta, transformando-as em branca de maneira gradativa.

Segundo Nascimento (1978), um método muito utilizado pelo homem branco para o processo de embranquecimento foi o estupro da mulher preta, essa violência fez com que muitas mulheres tivessem filhos/as com traços cada vez mais embranquecidos, que eram chamados

pejorativamente como “mulato/a” e muitos naquela época consideravam o “mulato” como o primeiro degrau na escada do branqueamento sistemático do povo brasileiro, “(...) durante os tempos da escravidão, esta política de embranquecer a população estruturava-se de forma a limitar de qualquer maneira o crescimento da população negra.” (NASCIMENTO, 1978, p.70). Relembremos a percepção de Gonzalez (2020, p.76) quando afirmou que “por isso que dizem que a gente tem beijos em vez de lábios, fornalha em vez de nariz e cabelo ruim (porque é duro). E quando querem elogiar dizem que a gente tem feições finas”.

No Brasil, no século XIX, a elite escravista preocupada com o futuro, imaginando que uma nação soberana deveria ter padrões civilizatórios inspirados na Europa, assim se iniciou o processo de embranquecimento no Brasil.

O racismo “científico” foi uma doutrina que guiou a elite escravista para o processo de branqueamento, afirmava que existiam hierarquias biológicas entre os brancos e negros, tendo os brancos como “mais desenvolvidos”, logo eles poderiam reinar e dominar os negros, considerando-os inferiores e incapazes. Esses motivos pseudocientíficos serviram como base para muitos pensadores entenderem como a Europa teve um sucesso econômico (DE JESUS BARBOSA, 2016). Compreendemos que o início da ideia científica de “raça” deu início a diversas teorias racistas, que serviram para os corpos negros sofrerem mais violências. (COSTA, 2010). “Nesse discurso o corpo colonizado foi visto como corpo destituído de vontade, subjetividade, pronto para servir e destituído de voz” (hooks, 1995).

A nossa construção social é constituída da escravidão negra africana, que transformou o africano em uma mercadoria fez a distinção de raça, demarcou como devemos agir e ser tratado a partir do sujeito branco, e então se configurou um paralelismo entre inferioridade social e a cor negra. Nos nossos corpos negros mergulhados no racismo transforma o inconsciente de maneira que o sujeito negro observa e almeja o branco o colocando como um desejo a ser alcançado, mas observando o social que estamos inseridos, pode-se concluir que não existe desejo positivos em relação ao corpo negro, mas sim o desejo de inexistência, logo o negro se torna indesejável e dispensável em todos os sentindo para os sujeitos brancos e negros. (SOUZA, 1983).

CAPÍTULO 2: AS CONSEQUÊNCIAS DO PROCESSO DE EMBRAQUECIMENTO NAS MULHERES NEGRAS

“Ser negro é ser violentado de forma constante, contínua e cruel, sem pausa ou repouso, por uma dupla injunção: a de encarnar o corpo e os ideais de ego do sujeito branco e o recusar, negar e anular a presença do corpo negro.” Jurandir Freire Costa⁸.

Ao longo do capítulo 1 expus como o racismo e as ideologias advindas dele: a política do embranquecimento e o mito da democracia racial foram estruturantes e constituintes no processo de formação da sociedade, e ainda atravessam as relações raciais definindo o lugar social da população negra até os dias atuais. Neste capítulo me debruçarei sobre a branquitude e consequências destes processos em relação às mulheres negras.

1. A mulher negra na sociedade racista e patriarcal

A Europa nos séculos XVIII até o início do século XX, estruturada pelo racismo e pelo patriarcado, atribuía às mulheres brancas e às mulheres negras papéis e lugares sociais distintos. A partir da desumanização das mulheres negras, a figura da mulher branca foi universalizada e caracterizada como ser humano frágil, com menor potencial intelectual e menor capacidade de comando e direção, definindo assim o papel e lugar social destas mulheres. Dessa forma, as famílias eram regidas pela figura paterna, que possuía os controles dos bens, assim como possuía o controle da mulher. O homem tinha poder sobre a mulher, desde seus desejos sexuais até os seus afazeres do dia a dia. Compreendia-se que a mulher tinha a função de educar e cuidar da organização da casa, e o patriarca de sustentar financeiramente a família. Logo, é possível concluir que, nessa perspectiva, a mulher era o espelho do seu esposo (COSTA, 2018).

A medicina, baseada em pseudo métodos e conceitos, também contribuiu para a mulher branca ser vista como propriedade do homem, assim essa a mulher - no que diz respeito ao sistema reprodutor feminino - era entendida simplesmente como um armazenador de sêmen, como geradora de filhos, então “a sexualidade era estimada por seu teor reprodutivo, mas era reprimida em si mesma.” (COSTA, 2018, p,24).

⁸ COSTA, Jurandir Freire. Da cor ao corpo: a violência do Racismo. In: SOUZA, N. S., **Tornar-se negro: As vicissitudes da identidade brasileira em ascensão social**. Rio de Janeiro: Edições Graal, vol. 4, 1983, p.1-16 (Prefácio).

As mulheres negras não eram enquadradas no lugar e papel social das mulheres brancas, pois desde que sequestradas de seu continente de origem e escravizadas foram submetidas às mesmas condições de trabalho e exploração dos homens negros escravizados. De acordo com Davis (2016, p.19),

“(…) A maioria das meninas e das mulheres, assim como a maioria dos homens, trabalhava pesado na lavoura do amanhecer ao pôr do sol. No que diz respeito ao trabalho, a força e produtividade sob a ameaça do açoite eram mais relevantes do que questões relativas ao sexo. Nesse sentido, a opressão das mulheres era idêntica à dos homens”.

Essa autora ainda chama atenção e destaca que estas mulheres, além de todas as barbáries que os escravizados eram submetidos, sofriam de forma diferente, pois eram constantemente vítimas de abuso sexual e outros maus-tratos bárbaros que só poderiam ser infligidos a elas, por exemplo, “(…) o estupro era uma arma de dominação, uma arma de repressão, cujo objetivo oculto era aniquilar o desejo das escravas de resistir e, nesse processo desmoralizar seus companheiros” (DAVIS, 2016, pág. 36).

No contexto histórico social e cultural é possível observar a mulher negra como uma mulher na sociedade que tem seu valor minimizado e seu corpo e sua subjetividade são controladas (COSTA, 2018).

Ao compreender o colonialismo como uma importante referência para os modos de poder, é possível entender como ocorre a normatização dos conceitos estabelecidos pelo colonizador “(…) Pressupondo que as diferenças são naturalmente estabelecidas, distinções hierárquicas são colocadas de modo que o corpo biológico é o marcador para essa lógica de dominação” (COSTA, 2018, p.39 *apud* MALDONADO-TORRES,2018).

A especificidade das condições das mulheres negras em relação às mulheres brancas já era denunciada por intelectuais negras, desde a época da escravidão. Sojourner Truth, intelectual militante abolicionista, ex-escravizada, durante intervenção na Convenção dos Direitos das Mulheres de Ohio, Women’s Rights Convention em Akron, Estados Unidos, em 1851, após ouvir pastores afirmando que as mulheres não deveriam ter os mesmos direitos que os homens por serem seres mais frágeis e com capacidade intelectual menor que a dos homens, questionou:

“Aqueles homens ali dizem que as mulheres precisam de ajuda para subir em carruagens, e devem ser carregadas para atravessar valas, e que merecem o melhor lugar onde quer que estejam. Ninguém jamais me ajudou a subir em carruagens, ou a saltar sobre poças de lama, e nunca me ofereceram melhor lugar algum! E não sou uma mulher? Olhem para mim? Olhem para meus braços! Eu arei e plantei, e juntei a colheita nos celeiros, e homem algum poderia estar à minha frente. E não sou uma mulher? Eu poderia trabalhar tanto e comer tanto quanto qualquer homem – desde que eu tivesse oportunidade para isso – e suportar o açoite também! E não sou uma mulher? Eu pari treze filhos e vi a maioria deles

ser vendida para a escravidão, e quando eu clamei com a minha dor de mãe, ninguém a não ser Jesus me ouviu! E não sou uma mulher?”⁹

Soujourner Truth em seu discurso, a partir da denúncia da situação das mulheres negras, desconstrói o arcabouço argumentativo patriarcal ao questionar a universalização do que é ser mulher e sua suposta fragilidade, assim como denuncia o atravessamento racista que incide sobre as mulheres negras.

Nestes fragmentos, a intelectual Sojourner Truth pioneiramente articula raça, classe e gênero, questionando a categoria mulher universal, mostrando que se a maternagem obrigatória revela um destino biológico para todas as mulheres, seria apropriado ressaltar que os filhos e as filhas das africanas eram vendidos escravizados (AKOTIRENE, 2018, pág. 20).

Por conta da articulação entre raça, gênero e classe promovida por Sojourne Truth, ao analisar as especificidades das mulheres negras em relação às mulheres brancas, ela é considerada por muitas feministas negras como precursora do que viria a ser sistematizado por Kimberlé Crenshaw como interseccionalidade¹⁰.

“A interseccionalidade é uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras. Além disso, a interseccionalidade trata da forma como ações e políticas específicas geram opressões que fluem ao longo de tais eixos, constituindo aspectos dinâmicos ou ativos do desempoderamento” (CRENSHAW, 2002, p.177).

Segundo AKOTIRENE (2018),

(...) A interseccionalidade é sobre a identidade da qual participa o racismo interceptado por outras estruturas. Trata-se de experiência racializada, de modo a requerer sairmos das caixinhas particulares que obstaculizam as lutas de modo global e vão servir às diretrizes heterogêneas do Ocidente, dando lugar à solidão política da mulher negra, pois que são grupos marcados pela sobreposição dinâmica identitária. É imprescindível, insisto, utilizar analiticamente todos os sentidos para compreendermos as mulheres negras e “mulheres de cor” na diversidade de gênero, sexualidade, classe, geografias corporificadas e marcações subjetivas (p.43).

Considerado pelas feministas negras como ferramenta de análise política, teórico-metodológica este conceito nos permite compreender as diversas opressões e violências que incidem de formas específicas, objetiva e subjetivamente, nos corpos das mulheres negras, até os dias atuais.

⁹ Discurso citado por DAVIS, Angela. *In*: Mulheres, raça e classe. São Paulo: Boitempo, 2016- 1ª edição, pág. 71.

¹⁰ Conceito sistematizado e inaugurado por esta intelectual em 1989, ao discutir e descrever sobre a localização interseccional das mulheres negras e sua marginalização estrutural.

2. Como o branqueamento influenciou no conceito de beleza?

Santos (1983) através da construção conceitual do que ela denominou de mito negro – construído à época da colonização - evidencia as repercussões deste na população negra, presentes ainda na atualidade. De acordo com essa autora, o mito negro é construído nas superfícies da indesejabilidade do corpo negro, sendo um discurso verbal ou visual com o intuito de produzir o ilusório e negar histórias, existem diversos exemplos do nosso cotidiano como falas “mas eu não sou preto, sou branco de pele escura” ou “preto não! Moreno” essas são maneiras de negar a sua própria história, existe escalas do mito negro a primeira é a desvalorização dos traços físicos como por exemplo: mudanças no corpo, afinar o nariz, produtos químicos para deixar os cabelos “melhores”; o segundo passo são as uniões sexuais com a procriação de filhos com traços cada vez mais próximos do que a sociedade considera o “ideal”; o terceiro: priva o sujeito de sentir a liberdade.

Logo, o sujeito branco e negro que perpetuam os pensamentos e ações que vão converter o corpo negro em branco assumindo um estereótipo de algo que ele (o sujeito negro) pensa ser melhor com frases como “Aí, eu não sabia meu lugar, mas sabia que negro eu não era. Negro era sujo, eu era limpa; negro era burro, eu era inteligente; era morar na favela e eu não morava e, sobretudo, negro tinha lábios e nariz grossos e eu não tinha” (SOUZA, 1983, pág.11).

Esta autora ressalta ainda, como a internalização deste imaginário racista pela população negra foi e ainda é estratégico para a manutenção do poder que estrutura a nossa sociedade. Como psiquiatra e psicanalista, ela - ao analisar a construção do ideal do ego¹¹, - fornece elementos fundamentais para compreendermos como a população negra imersa numa sociedade que impõe a universalização da humanidade do ser humano branco, acaba por determinar a produção do sujeito negro como identificado e assimilado ao branco. O ego é um produto que foi se formando a partir de palavras, ações e imagens que vão representar afetos que estão presentes no nosso social, mas quando falamos de corpos negros o ego é negado, pois a violência racista do branco tem como tendência destruir a identidade do negro, sendo obrigado a se reconstruir a partir do pensando do

¹¹ Souza (1983, p.33) explica que o que é o Ideal do ego é “o domínio do simbólico. Simbólico quer dizer articulação e vínculo” – modelo considerado por ela como fundamental na constituição do indivíduo.

branco, projetando em si mesmo, propriedades incompatíveis com o seu corpo biológico (SOUZA, 1983).

Essas contribuições permitem refletirmos os efeitos da internalização da ideologia do branqueamento pela população negra. O branqueamento foi um processo inventado pela elite branca que foi utilizado para enfrentar a grande quantidade de negros africanos e seus descendentes após o processo de diáspora, entendido como uma construção de identidade branca que o negro com o desejo de melhorar a condição em que vive foi obrigado a aceitar, mas é necessário compreender que o branqueamento e ascensão social para muitos negros são considerados sinônimos, pois a nossa sociedade é considerada um mundo de brancos (BENTO, 2002).

Um contingente da militância negra destaca as consequências desse processo de embranquecimento como a não identificação racial que vai gerar no sujeito negro uma baixa autoestima (BENTO, 2002).

No Brasil é explícito que há uma hegemonia da estética branca, isso significa que cabelos lisos, pele branca, olhos claros e traços finos estão constituindo o modelo de beleza na nossa sociedade (SCHUCMAN, 2012).

A população atribui grande valor a características físicas, principalmente a mulher, mas quando se é constantemente bombardeado de críticas em relação ao seu corpo, de maneira a observar a aparência daquele que todos consideram belo com traços finos, cabelo liso e de preferência a pele clara, a mulher negra com a pele escura, lábios e narizes largos não é algo considerado um ponto referencial de beleza (COSTA, 2018).

O lugar da mulher negra e seu fenótipo não representam o belo para a nossa sociedade historicamente falando, pois com a escravidão o colonizador deu um significado negativo para o corpo negro, a mídia na atualidade também ajuda a difundir no que diz respeito à convenção do que é considerado belo e feio e assim por muitas vezes os traços não brancos são criticados e colocados como anormais e feios (COSTAS, 2018).

Desde o século XIX, por exemplo, o cabelo é um elemento muito valorizado e observado no que diz respeito à beleza das mulheres. No entanto, para as mulheres negras seus cabelos tinham outros significados “(...) mulheres negras, na Bahia, costumavam cortar os cabelos e usar turbantes. As negras mestiças não aderiram ao costume do turbante, deixando seus cabelos grandes e partidos. Naquela sociedade, a questão do cabelo era, além de estético, o sinônimo da liberdade. Negros e negras alforriadas, bem como mestiços livres utilizavam-se do óleo de coco para deixar

os cabelos brilhantes e modelavam penteado” (FREYRE *apud* COSTA, 2018, p.16).

No século XVIII e XIX, a mulher negra denominada pela linguagem racista de “mulata¹²” era considerada o padrão de beleza feminino da negra, com o corpo robusto, era apreciado, em poemas e cantigas daquela época era descrito a beleza do corpo, focando na sexualidade do corpo negro. Kilomba (2019, p.19) expõe que essa nomenclatura animal destinada às mulheres negras, usada ainda atualmente, é travestida de romantização e “(...) transforma as relações de poder e abuso sexual, muitas vezes praticadas contra a mulher negra, em gloriosas conquistas sexuais, que resultam num novo corpo exótico, e ainda mais desejável”.

Neste mesmo período, as mulheres brancas eram vistas com mais delicadeza. As feições destas mulheres, com sua a pele e olhos claros, encantavam os homens. Dessa forma, as sulistas eram consideradas as mais lindas de todo país, tendo assim a beleza feminina branca como padrão (COSTA, 2018). Diante disso,

A mulher branca era colocada como superior, a negra como inferior e a “mulata” como a que era sexualizada e vista pelo ditado comum pela sociedade brasileira: ‘branca para casar, mulata para f... e negra para trabalhar (...) ao falar dos padrões estéticos, a beleza da mulata estava para atender a demandas diferentes da figura feminina branca’. Logo, é possível observar como eram constituídas a relação das mulheres perante o homem, a branca era o padrão de beleza perfeita para casar e construir uma família, a segunda possuía em cima de si a sexualização do seu corpo e a terceira tinha seu corpo também usado não para o sexo, mas sim para o trabalho braçal. (FREYRE *apud* COSTA, 2018, p.27).

Com essa relação de poder do colonizador perante seus colonizados, o padrão de beleza da mulher branca é apresentado à mulher negra como algo a ser seguido e almejado com diferenças fenotípicas que são heranças do racismo decorrente a colonização - lembrando que se sobre as mulheres – de forma geral - já tem a exigência de seguir o que é considerado belo de acordo com os padrões sociais exigidos, no que se refere às mulheres negras essa imposição recai em dobro, pois ela tenta seguir os padrões sociais exigidos e tenta alcançar o mais próximo possível da mulher branca que lhe foi apresentada como mais bela (COSTA, 2018, p.40).

O corpo e o cabelo da mulher negra possuem uma ideologia de branqueamento, pois o seu referencial de belo é a mulher branca ou os seus traços semelhantes. Logo por não possuir aquilo que é exigido como o modelo de beleza, as mulheres negras acabam se afastando do lugar de identificação, assim sendo “quando se introduz uma representação negativa de si e positiva do

¹² “Palavra originalmente utilizada para definir o cruzamento entre um cavalo e uma mula, isto é, duas espécies animais diferentes, que dá origem a um terceiro animal, considerado impuro e inferior” (KILOMBA, 2019, p.19).

outro, o sujeito poderá buscar chegar-se daquilo que é considerado admirável, respeitável e belo, proveniente do indivíduo que carrega um estereótipo positivo socialmente” (CARVALHO *apud* COSTA, 2018, p.40).

Observamos que no contexto social da mulher negra, ela é conduzida pela ideologia do branqueamento, em que é colocada a superioridade da raça branca de maneira intelectual, fisicamente e psiquicamente. Mesmo como fim da escravidão esse pensamento é constantemente seguido. Nos últimos anos podemos ver algumas mulheres negras se movimentando contra essa onda de ideológica do branqueamento, deixando de passar químicas de alisamento para assumir seus cabelos crespos. Esse pensamento abre espaço para a construção da sua identidade de mulher negra, pois a característica que foi lhe atribuída como negativa é usada para criticar os padrões de beleza que por anos foram seguidos (COSTA, 2018).

3. Compreendendo o papel do sujeito branco na sociedade brasileira

A branquitude é definida tanto por Bento (2002) quanto por Schucman (2012) como traços de identidade racial do branco brasileiro. Em traços gerais, essas intelectuais observam que quando é feito um estudo desse assunto, o branco é colocado em um papel de modelo universal de humanidade. Essa mentira inventada pela supremacia branca europeia colonizadora e absorvido pela elite branca brasileira, garantiu e garante historicamente privilégios à população branca. As referidas autoras discorrem sobre como processo da naturalização e internalização da suposta superioridade da população branca ocasiona “a omissão ou a distorção que há em torno do lugar que o branco ocupou e ocupa, de fato, nas relações raciais brasileiras” (BENTO, 2002, p.2)

(...) Para o sujeito negro oprimido, os indivíduos brancos, diversos em suas efetivas realidades psíquicas, econômicas, sociais e culturais, ganham uma feição ímpar, uniforme e universal: a brancura. A brancura detém o olhar do negro antes que ele penetre a falha do branco. A brancura é abstraída, reificada, alçada à condição de realidade autônoma, independente de quem a porta enquanto atributo étnico ou, mais precisamente, racial¹³.

O sujeito branco não se reconhecendo como principal autor na permanência da desigualdade racial brasileira e nem o contribuinte na perpetuação da mesma, para eles isso é um assunto somente do negro brasileiro, então quando não falamos do branco, estamos evitando o

¹³ COSTA, Jurandir Freire. Da cor ao corpo: a violência do Racismo. *In: SOUZA, N. S., Tornar-se negro: As vicissitudes da identidade brasileira em ascensão social*. Rio de Janeiro: Edições Graal, vol. 4, 1983, p.1-16 (Prefácio).

principal autor da discussão sobre o privilégio (BENTO, 2002).

A escravidão é um assunto que a população branca – de forma geral – não gosta de discutir. No pós-abolição, essa população tinha uma simbólica e concreta herança fruto da apropriação do trabalho de quatro séculos dos negros escravizados. Esse silêncio sobre o papel do branco é mais uma estratégia de não precisar indenizar os negros brasileiros, é um interesse econômico da elite manter o povo nessa cegueira eterna, pois “políticas compensatórias ou de ação afirmativa são taxadas de protecionistas, cuja meta é premiar a incompetência negra etc., (...)” (BENTO, 2002, p.3)

(...) mesmo que a ideia de raça produza efeitos concretos no Brasil, falar dela e de racismo é estar em terreno movediço, considerando um país que ainda se identifica e atribui, como marca positiva da identidade nacional, valores de miscigenação cultural e mistura racial (WINANT *apud* SCHUCMAN, 2012, p.13).

Nos últimos anos tem sido criadas estratégias para diminuir a desigualdade provocada pelo racismo, como: a adoção de cotas para negros nas universidades e instituições¹⁴, o ensino obrigatório da História da África e da cultura afro-brasileira nas escolas de ensino fundamental e médio¹⁵. Com isso a população trouxe à tona o questionamento sobre “quem são as pessoas negras? Quem são as pessoas brancas?”. Mas continuamos sem questionar o papel do branco na construção da nossa sociedade, esquecendo que todos esses privilégios foram constituídos em cima da escravidão do negro africano, pois o sujeito branco possui um papel importante na manutenção e legitimação das desigualdades raciais. (SCHUCMAN, 2012)

A brancura para o sujeito branco é vista e entendida como “natural” e “normal”, pois a sociedade chegou ao um ponto de hegemonia e supremacia tão poderosa que os sujeitos ditos como não brancos não têm poder para colocar em discussão a identidade racial do branco e nem os sujeitos brancos conseguem identificar seus privilégios, e isso faz a brancura se torna um desejo que deve ser alcançado em níveis intelectuais, morais, estéticos econômicos etc. Com isso é possível concluir até o momento que o branco possui e produz vantagens em relação ao sujeito não branco. SCHUCMAN (2012), cita alguns exemplos, através de falas de pessoas brancas, que evidenciam os privilégios simbólicos destas: “Posso estar segura de que meus filhos vão receber

¹⁴ Lei de Cotas (Lei 12.711, de 2012).

¹⁵ BRASIL. Lei Nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: seção1, Brasília, DF, ano 140, n.8, p.1, 10 jan. 2003

matérias curriculares que testemunham a existência da sua raça”; “Se eu usar cheques, cartões de crédito ou dinheiro, posso contar com a cor da minha pele para não operar contra a aparência e confiança financeiras”; “Não preciso educar os meus filhos para estarem cientes do racismo sistêmico para a sua própria proteção física diária”; “Nunca me pedem para falar por todas as pessoas do meu grupo racial”; “Eu tenho bastante certeza de que, se peço para falar com a "pessoa responsável", eu vou encontrar uma pessoa da minha raça”; “Posso voltar para casa da maioria das reuniões das organizações às quais pertenço e sentir-me mais ou menos conectada, em vez de isolada, fora de lugar, ser demais, não ouvida, mantida à distância, ou ser temida”; “Posso me preocupar com racismo sem ser vista como auto interessada ou interesseira”; “Posso escolher lugares públicos sem ter medo de que pessoas de minha raça não possam entrar ou vão ser maltratadas nos lugares que escolhi”; “Posso ter certeza de que, se precisar de assistência jurídica ou médica, minha raça não irá agir contra mim” (MCINTOSH *apud* SCHUCMAN, 2012, p. 28).

E com isso o branco vive com:

(...) pactos narcísicos, alianças inconscientes, intergrupais, caracterizadas pela ambiguidade e, no tocante ao racismo pela negação do problema racial, pelo silenciamento, pela interdição de negros em espaço de poder, pelo permanente esforço de exclusão moral, afetiva, econômica e política do negro, no universo social. (SCHUCMAN, 2012, p.28).

Logo muitas situações na sociedade brasileira que não deveriam ser naturalizadas acabam se tornando entendidas como algo normal, como por exemplo:

(...) a maior parte dos moradores das periferias urbanas é de negros e a dos bairros centrais é de brancos, que alunos e professores em universidades públicas são brancos e faxineiros são negros, que nos restaurantes aqueles que estão sendo servidos são brancos e aqueles que servem são negros” (SCHUCMAN, 2012, p.29).

Considero que debate sobre a branquitude é fundamental para a luta antirracista, especialmente num país como o nosso, no qual o mito da democracia racial ainda máscara todas as violências raciais produzidas historicamente.

CONCLUSÃO

Ao fim do presente estudo, foi possível concluir o quanto o processo de embranquecimento e o racismo foram danosos para a população negra e possui consequências até os dias de hoje.

Quando eu estava desenvolvendo a monografia tive muitas conversas e reflexões com a minha mãe, uma mulher negra que nunca parou para ler sobre os estudiosos que falavam sobre todos os conceitos do racismo, mas compreendeu cada palavra da minha escrita por vivenciar na pele, as violências raciais, ao longo de toda a sua vida. Muitas das nossas conversas eram sobre o racismo e sempre foi me dito desde pequena: o quanto eu tenho que andar bem-vestida, com acessórios e bem perfumada, que eu nunca posso abrir minha bolsa dentro das lojas e só devo entrar em alguma loja se for realmente comprar. Eu perguntava por que eu tinha que ter todas aquelas atitudes, enquanto as minhas amigas e colegas brancas não precisavam agir daquela maneira e ela simplesmente dizia “elas podem agir assim, você não”, ao desenvolver da minha escrita, eu perguntei a minha mãe como foi para ela criar uma criança negra, sem poder explicar o que era o racismo e ela disse “foi a coisa mais difícil que eu já fiz”.

De toda a minha trajetória de estudo e escrita dessa monografia, a parte mais difícil de desenvolver foi sobre o processo de embranquecimento, porque foi algo que sofri na pele, me trazia lembranças e recordações da minha infância, momentos que eu desejei ter os meus cabelos lisos, o nariz fino e pele branca, porque eu entendia que para aquelas pessoas tudo era mais fácil, a mãe das minhas amigas brancas estavam sempre nas festas da escola e não trabalhavam muito e eu pensavam que se eu e a minha mãe fossemos brancas tudo ia ser mais fácil, teve dias que me questionavam “porque nós não somos brancas?” e ainda hoje me pergunto porque sofremos tanto. O privilégio branco eu consigo observar dentro da minha casa, meu pai de criação é um homem branco, cis e hetero. Quando saímos todos juntos, é nítida a diferença de tratamento que nós – eu e a minha mãe – recebemos quando estamos com ele – homem branco – e quando estamos sozinhas. As atendentes de loja nos recepcionam em menos de um minuto quando estamos juntos, mas quando estamos somente nós duas é visível o descaso no atendimento, com o passar do tempo nós aprendemos a “lidar” um pouco com os racismos que vivemos, mas ainda é muito doloroso e espero que um dia acabe.

REFERÊNCIAS

AKOTIRENE, Carla. **O que é interseccionalidade?**. Belo Horizonte: Letramento: Justificando, 2018. (Coleção Feminismos Plurais).

ALMEIDA, S. **O que é o racismo estrutural?** São Paulo, Pólen, 1, 30, abril, 2019.

BENTO, M.A.S; Branqueamento e Branquitude no Brasil. *In*: CARONE, I., BENTO, M.A.S. **Psicologia social do racismo – estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002, p. 25-58

BERNARDINO-COSTA, J. Ação Afirmativa e a Rediscussão do Mito da Democracia Racial no Brasil. **Estudos Afro-Asiático**, [s. l.], ano 24, n. 2, p. 247-273, 2002.

BERNARDINO-COSTA, J. B.; GROSFUGUEL, Ramón. Decolonialidade e perspectiva negra. **Revista Sociedade e Estado**, [s. l.], ano 1, v. 31, p. 15-24, janeiro 2016.

BERNARDINO-COSTA, J. *et al.* Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico. *In*: **DECOLONIALIDADE e pensamento afrodiaspórico**. 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2018. v. 1, cap. Introdução, p. 1-30. *E-book*.

CARDOSO, L. **O branco ante a rebeldia do desejo: um estudo sobre a branquitude no Brasil**. 290 f. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Faculdade de Ciências e Letras (Campus de Araraquara), 2014.

COSTA, A. L. S. **PADRÕES DE BELEZA E RACISMO NA CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE DE MULHERES NEGRAS**. 2018. Monografia (Bacharel em psicologia) - Universidade Federal do Maranhão, [S. l.], 2018.

COSTA, J.F. Da cor ao corpo: a violência do Racismo. *In*: SOUZA, N. S., **Tornar-se negro: As vicissitudes da identidade brasileira em ascensão social**. Rio de Janeiro: Edições Graal, vol. 4, 1983, p.1-16 (Prefácio).

CRENSHAU, K. Documento para o encontro de especialistas da discriminação racial relativos ao gênero. *In*: Revista de Estudos Feministas, pág. 172 a 188.

DAVIS, A. Mulheres, raça e classe. São Paulo: Boitempo, 2016- 1ª edição.

DE JESUS BARBOSA, M. R. **A influência das teorias raciais na sociedade brasileira** (1870-1930) e a materialização da Lei no 10.639/03. *Revista Eletrônica de Educação*, [s. l.], ano 2, v. 10, p. 260-272, 2016.

DUSSEL, E. **1492: o encobrimento do outro: a origem do mito da Modernidade**: Conferência de Frankfurt. Petrópolis, RJ: Vozes, 1993.

_____. Europa, modernidade e eurocentrismo. *In*: LANDER, Edgardo (Org.) **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais**. Perspectivas latino-americana, p.. 55-70. Buenos Aires: Clacso, 2005.

GOMES, N.L. Trajetórias Escolares, Corpo Negro e Cabelo Crespo: reprodução de estereótipos ou ressignificação cultural? **Revista Brasileira de Educação**, n. 21, p.40-51, 2002.

GONZALEZ, L. Racismo e sexismo na cultura brasileira. *In*: Rios, Flávia & Lima, Márcia (orgs.). **Por um feminismo afro-latino-americano**. Rio de Janeiro, Zahar, 2020.

GROSGUÉL, Ramon. Racismo/sexismo epistêmico, universidades ocidentalizadas: racismo/sexismo epistêmico e os quatro genocídios/epistemicídios do longo século XVI. **Revista Sociedade e Estado** – Volume 31 Número 1 Janeiro/Abril 2016.

hooks, b. Intelectuais negras. **Estudos Feministas**, v. 3, n. 2, p. 464-469, 1995

KILOMBA, G. **Mémoires da Plantação – Episódios do racismo cotidiano**. Rio de Janeiro: Cobodó, 2019, 1ª edição, 2019.

LEITE, Hellen. Professora trabalha autoestima de alunos negros e combate o racismo em sala. **Portal Geledés**, [S. l.], p. 0-1, 4 dez. 2019. Disponível em: Professora trabalha autoestima de alunos negros e combate o racismo em sala. Acesso em: 18 fev. 2022.

MUNANGA, k. Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia. *In*: 3º Seminário Internacional das Relações raciais e educação – PENESB. Rio de Janeiro. Site: Geledés. (Palestra proferida em 05/11/03).

NASCIMENTO, Abdias. **O genocídio do negro brasileiro: Processo de racismo mascarado**, Rio de Janeiro, Paz e terra S/A, 1978.

POLIAKOV, L. **O mito ariano: Ensaio sobre as fontes do racismo e dos nacionalismos**. São Paulo: Perspectiva, Editora da Universidade de São Paulo, 1974.

ROCHA DA COSTA, R. C. O pensamento social brasileiro e a questão racial: da ideologia do "branqueamento" às "divisões perigosas". **Revista África e africanidades** . [s. l.], ano 3, n. 10, 2010.

SANTOS, G. A. **A invenção do "ser negro": um precursor das ideias que naturalizam a inferioridade dos negros**. São Paulo: Educ/Fapesp; Rio de Janeiro: Pallas, 2002

SCHUCMAN, L. V. **Entre o "encardido", o "branco" e o "branquíssimo"**: Raça, hierarquia e poder na construção da branquitude paulistana. Orientador: Dra. Leny Sato. 2012. Tese (Grau de Doutor em Psicologia) - Universidade de São Paulo, [S. l.], 2012.

SCHWARCZ, L. M. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SOUZA, J. (1997). Valores e Estratificação no Distrito Federal. *In*: B. F. Nunes (org.), **Brasília: A Construção do Cotidiano** Brasília, Paralelo 15.

SOUZA, N. S., **Tornar-se negro: As vicissitudes da identidade brasileira em ascensão social**. Rio de Janeiro: Edições Graal, vol. 4, 1983, p. 1 - 32

WALLERSTEIN, I. **La creación del sistema mundial moderno**. *In*: BERNARDO, L. Un mundo jamás imaginado. Bogotá: Editorial Santillana, 1992.